

QUANDO O SILÊNCIO TAMBÉM FERE: PERCEPÇÕES ESTUDANTIS SOBRE MISOGINIA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE ACADÊMICO

Alice Marinho Gomes Codá Cavalcanti Marques ¹

Joana D'arc Ferreira de Macedo ²

Cleide Calheiros da Silva ³

RESUMO

Este artigo apresenta um recorte da pesquisa realizada entre setembro de 2023 e agosto de 2024, vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), conforme o Edital nº 16/PRPPI/IFAL/CNPq/FAPEAL/2023, intitulada “A misoginia e a violência contra a mulher nas relações contemporâneas: um diálogo urgente”. De natureza qualitativa (Minayo, 2014), a investigação fundamenta-se na Linguística Aplicada Implicada (Moita Lopes, 2006; Souto Maior, 2022), abordagem que concebe a linguagem como prática social e a pesquisa como intervenção ética e transformadora. Utilizando a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011; Minayo, 2010), o estudo visou compreender como estudantes dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica e Estradas, e da Licenciatura em Letras-Português do Campus Maceió/Ifal percebem e vivenciam a violência de gênero no ambiente acadêmico, considerando seus impactos e formas de enfrentamento. Os dados, obtidos por 3 questionários semiestruturados aplicados a 70 discentes, foram analisados à luz de autoras como Beauvoir (2019), Butler (2021), Federici (2020), Hooks (2020) e Manne (2021). Os resultados revelam não apenas a persistência de violências como assédio, discriminação e bullying, mas também o relato de estudantes que naturalizam essas práticas como “parte do cotidiano escolar”, o que aponta para um processo de banalização da misoginia entre jovens. Tal dado escancara o risco de uma cultura institucional de tolerância à violência e evidencia uma urgência ética: romper com esse ciclo por meio de ações formativas contínuas e políticas institucionais atentas, que promovam a equidade de gênero e garantam um ambiente acadêmico seguro, plural e acolhedor. Identificamos a percepção predominante de que práticas misóginas e outras formas de violência de gênero estão naturalizadas nas interações cotidianas. Constatamos também um sentimento recorrente de silenciamento institucional, o que contribui para sua banalização e para a deslegitimação das experiências relatadas por estudantes do Campus Maceió/Ifal.

Palavras-chave: Violência de Gênero, Misoginia, Linguística Aplicada Implicada, Ambiente Escolar.

INTRODUÇÃO

O ambiente escolar e acadêmico, historicamente concebido como espaço de emancipação e saber, nem sempre cumpre esse papel para todas as pessoas. As desigualdades de gênero, o sexismo e a misoginia — ainda que muitas vezes

¹ Estudante do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Alagoas - AL, amgccml@aluno.ifal.edu.br;

² Mestra em Educação pelo CEDU/UFAL, Doutoranda e Professora do Instituto Federal de Alagoas - AL, joana.macedo@ifal.edu.br;

³ Professora Orientadora: Doutora, Instituto Federal de Alagoas - AL, cleide.calheiros@ifal.edu.br.



Os dados foram coletados por meio de três questionários semiestruturados, elaborados para captar percepções sobre violência, misoginia e desigualdade de gênero no contexto acadêmico. As respostas foram analisadas com base na Análise de Conteúdo (Bardin, 2011; Minayo, 2010), em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. As interpretações foram guiadas por referenciais da Linguística Aplicada Implicada, priorizando o compromisso ético e social da pesquisa.



REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão da misoginia e da violência de gênero no ambiente acadêmico demanda um olhar interdisciplinar, que una as perspectivas feministas, sociológicas, discursivas e educacionais. Essas violências não se restringem a agressões físicas ou explícitas; manifestam-se também em práticas simbólicas e cotidianas, na forma de silenciamentos, deslegitimação de falas e exclusão de mulheres e dissidências de gênero dos espaços de poder e reconhecimento.

De acordo com Simone de Beauvoir (2019), a subordinação feminina é resultado de uma construção histórica e cultural que posiciona a mulher como o “outro” — o sujeito secundário em relação ao homem. Ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, Beauvoir desnaturaliza a desigualdade e mostra que as identidades de gênero são produzidas por relações de poder que atravessam a linguagem, a moral e as instituições. No ambiente educacional, essa hierarquia se reflete em discursos que naturalizam o domínio masculino sobre o saber e a autoridade, reafirmando a posição subalterna das estudantes, sobretudo em áreas técnicas.

Pierre Bourdieu (2002), em *A dominação masculina*, reforça essa ideia ao demonstrar como a violência simbólica opera de forma invisível, mantendo a desigualdade por meio de esquemas inconscientes de percepção e apreciação. O autor evidencia que o poder patriarcal se reproduz na própria estrutura social, sendo incorporado pelos sujeitos como “natural”. Essa naturalização é perceptível nas falas de estudantes que, mesmo vítimas de atitudes machistas, descrevem tais situações como “normais” ou “piadas sem intenção”, o que confirma a internalização da dominação simbólica.

Judith Butler (2021), em *Problemas de gênero*, avança nesse debate ao propor o conceito de performatividade de gênero, segundo o qual as identidades são produzidas e reiteradas por práticas discursivas que moldam corpos e subjetividades. O gênero, portanto, não é essência, mas repetição normativa. Nesse sentido, o ambiente acadêmico pode ser entendido como espaço de produção discursiva do gênero, no qual certas performances — masculinas, racionais, objetivas — são legitimadas, enquanto outras — femininas, afetivas, emocionais — são desqualificadas. Essa hierarquização discursiva reforça a exclusão simbólica das mulheres e das pessoas LGBTQIAPN+.

A filósofa Kate Manne (2021) redefine o conceito de misoginia ao deslocá-lo do campo individual para o estrutural. Em *Down Girl: o poder da misoginia*, Manne



Ao integrar essas leituras à perspectiva de Silvia Federici (2020), em *O patriarcado do salário*, é possível perceber que a misoginia não é apenas uma questão cultural, mas também econômica e política. Federici demonstra que a subjugação feminina está na base da acumulação capitalista, pois a desvalorização do trabalho reprodutivo — doméstico, afetivo e emocional — garante a manutenção da ordem produtiva. No ambiente escolar e acadêmico, essa lógica se reflete na divisão sexual do conhecimento: cursos técnicos e exatas, geralmente mais valorizados, permanecem majoritariamente masculinos, enquanto áreas do cuidado e da linguagem são associadas ao feminino e, portanto, menos prestigiadas.

A socióloga Heleieth Saffioti (2015) complementa essa análise ao afirmar que o patriarcado e o capitalismo formam um sistema interdependente de opressão. Segundo ela, as relações de gênero estão imbricadas nas estruturas econômicas e ideológicas, de modo que as práticas discriminatórias observadas na escola não são desvios pontuais, mas expressões de uma lógica estrutural de poder. Assim, a misoginia cotidiana — traduzida em piadas, interrupções e exclusões — cumpre a função social de manter as mulheres em posições subalternas.

Em *O feminismo é para todo mundo*, Bell Hooks (2020) propõe uma abordagem ética e pedagógica do feminismo, entendendo-o como prática de amor político e projeto de transformação coletiva. Para a autora, a educação feminista é condição fundamental para romper com o ciclo da dominação, pois promove o diálogo e a conscientização crítica. Hooks defende que a superação da misoginia exige não apenas políticas institucionais, mas também mudanças na forma de ensinar, aprender e se relacionar, promovendo uma pedagogia do cuidado e da liberdade.

Joan Scott (1995), ao definir o gênero como uma categoria útil de análise histórica, reforça a necessidade de compreender as relações entre os sexos como construções culturais que organizam o poder. Essa concepção orienta o olhar para o espaço escolar como campo de disputa simbólica, onde se (re)produzem hierarquias e identidades. Nessa mesma direção, Guacira Louro (1997) argumenta que a escola é um



dos principais lugares de legitimação das normas de gênero e sexualidade, mas também um espaço de resistência, onde é possível tensionar e transformar tais normas.

A Linguística Aplicada Implicada, perspectiva que orienta este estudo (Moita Lopes, 2006; Souto Maior, 2022), amplia o escopo da reflexão ao propor que o pesquisador não apenas observe a realidade, mas intervenha eticamente nela. Isso significa reconhecer que a linguagem não é neutra — ela produz sentidos e organiza relações de poder. No caso da misoginia acadêmica, as palavras, os silêncios e as práticas discursivas constituem a própria matéria da violência simbólica. Portanto, investigar as percepções estudantis é também um ato político: trata-se de dar voz a sujeitos historicamente silenciados e de construir, junto a eles, possibilidades de transformação.

Essa concepção dialógica da pesquisa aproxima-se da noção freireana de educação libertadora (Freire, 1996), na medida em que valoriza o diálogo como prática de emancipação. O enfrentamento da misoginia requer, assim, a formação de uma consciência crítica coletiva, capaz de desnaturalizar práticas excludentes e de instaurar novas formas de convivência baseadas no respeito e na equidade.

Por fim, é importante destacar que o silêncio, categoria central nesta pesquisa, deve ser compreendido à luz de autores como Orlandi (2007), para quem o silêncio é constitutivo do discurso — não uma simples ausência de fala, mas uma forma de significar. O silêncio institucional diante das violências de gênero, portanto, é também uma enunciação: comunica tolerância, deslegitima o sofrimento e reforça o status quo. Romper esse silêncio implica ressignificar o lugar da fala e transformar a escuta em ato ético e político.

Ao reunir as contribuições de Beauvoir, Butler, Federici, Hooks, Manne, Saffioti, Bourdieu, Louro, Scott e Orlandi, compreende-se que a misoginia é um fenômeno histórico e estrutural, sustentado por discursos, práticas e silêncios que atravessam instituições, inclusive a escola. Combater essa lógica exige mais que denunciar violências: requer desconstruir os sentidos que as legitimam e construir novas formas de ser, saber e conviver. Nesse sentido, a Linguística Aplicada Implicada oferece o aparato teórico e ético para transformar o conhecimento em instrumento de justiça social e equidade de gênero.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados, obtidos a partir de três questionários aplicados a 70 estudantes dos Cursos Técnicos Integrados e da Licenciatura em Letras-Português do Campus Maceió/Ifal, evidencia que a misoginia e a violência de gênero não se manifestam apenas em atos explícitos de agressão, mas também em discursos, gestos e silêncios que compõem o cotidiano acadêmico. Tais manifestações, muitas vezes sutis e naturalizadas, revelam a persistência de uma cultura patriarcal que regula o modo como os corpos e as vozes femininas e dissidentes são percebidos, legitimados ou desautorizados no espaço educativo.

1. A misoginia como estrutura discursiva cotidiana

Os questionários revelaram que expressões de desprezo, ironias e “brincadeiras” machistas são práticas recorrentes entre discentes e, em alguns casos, também entre docentes. Comentários como “mulher não entende de elétrica”, “essas meninas só querem atenção” e “curso técnico não é lugar de mulher” surgiram repetidas vezes nas respostas, especialmente nas falas de estudantes mulheres.

Esses enunciados, aparentemente banais, configuram o que Butler (2021) denomina de performatividade normativa: atos de fala que não apenas expressam crenças, mas produzem realidades, reiterando a masculinidade como padrão de competência e racionalidade. Quando repetidos e não contestados, esses discursos constroem um regime simbólico de exclusão que deslegitima a presença feminina e transforma a misoginia em parte do “humor institucional”. O mais grave é que tais enunciados são frequentemente justificados como “piadas” ou “comentários sem intenção de ofensa”. Essa defesa revela o funcionamento da violência simbólica (Bourdieu, 2002), que se mantém precisamente porque é reconhecida como legítima ou inofensiva. Assim, o discurso violento se disfarça de convivência descontraída e se perpetua sob a aparência de normalidade.

2. Silêncio e banalização: o duplo mecanismo da violência simbólica

Um dos achados mais significativos é o papel do silêncio — tanto individual quanto institucional — na manutenção da misoginia. Cerca de 60% das estudantes afirmaram que já presenciaram ou sofreram situações de desrespeito, assédio ou discriminação, mas que não denunciaram por medo de represálias, descrédito ou falta de confiança nos canais de acolhimento.



O silêncio das vítimas, como aponta Orlandi (2007), não é ausência de significação: é um discurso comprimido, atravessado por relações de poder. Ao escolher calar, muitas estudantes comunicam o que não pode ser dito sem risco. Já o silêncio institucional — a não resposta da escola — atua como forma de validação tácita da violência. Ele comunica a mensagem de que essas práticas são toleradas, normalizadas ou minimizadas.

Essa constatação dialoga diretamente com a crítica de Manne (2021): a misoginia é o sistema moral que pune as mulheres que transgridem as expectativas patriarcais e recompensa as que se mantêm dóceis ou silenciosas. No Ifal, esse padrão se manifesta tanto na deslegitimação das denúncias quanto na responsabilização das vítimas, que muitas vezes são aconselhadas a “não criar confusão” ou “não levar a sério”.

O silêncio, portanto, é também uma estratégia de controle. Ele serve à manutenção da ordem e ao apagamento das vozes que questionam o poder. Federici (2020) explicaria esse mecanismo como parte da economia política da reprodução social: o sistema patriarcal e capitalista precisa de corpos disciplinados e emocionalmente domesticados para funcionar. O silêncio, nesse contexto, é uma ferramenta de exploração afetiva e simbólica.

3. Invisibilidade e privilégio masculino: a assimetria das percepções

Outro dado relevante diz respeito à diferença entre as percepções de estudantes homens e mulheres. Enquanto a maioria das alunas relatou vivências de discriminação e constrangimento, 70% dos homens afirmaram “nunca ter presenciado” ou “não perceber” situações de misoginia no campus. Essa discrepância revela a existência de um ponto cego de gênero, um lugar de privilégio que naturaliza as relações desiguais e invisibiliza o sofrimento do outro.

Para Beauvoir (2019), essa cegueira social é produto da estrutura que posiciona o homem como medida universal do humano. A mulher, definida como “outro”, permanece fora do campo de reconhecimento. Assim, a violência que a atinge é percebida como excepcional, pessoal ou irrelevante — e não como reflexo de uma ordem social.

Essa assimetria também se articula ao que Hooks (2020) descreve como educação patriarcal, que ensina os homens a não se reconhecerem como parte do problema. A ausência de empatia e de autocrítica reforça o ciclo da violência e impede que o enfrentamento seja coletivo. Quando o combate à misoginia é visto como “pauta



4. Interseccionalidades e hierarquias de vulnerabilidade

Louro (1997) e Scott (1995) reforçam que as instituições de ensino, longe de serem neutras, são espaços de produção e reprodução dessas hierarquias. O currículo, a linguagem e as interações cotidianas refletem valores patriarcais e raciais, produzindo identidades de gênero e sexualidade normativas. No caso do Ifal, isso se traduz na ausência de representatividade negra e feminina em posições de liderança e na predominância de discursos masculinos como referência de competência.

Apesar das tensões, o estudo também identificou práticas de resistência emergentes. Parte das estudantes afirmou que passou a questionar abertamente comentários machistas e a recorrer a redes de apoio informais, formadas entre colegas e professoras sensíveis à causa. Essas ações configuram o que Hooks (2020) denomina práticas feministas de solidariedade — formas de cuidado coletivo que transformam o sofrimento em aprendizado e mobilização política.

Falar sobre misoginia, nesse contexto, é agir sobre o mundo: desestabilizar discursos hegemônicos, reconfigurar subjetividades e criar novas narrativas de pertencimento.

6. O silêncio como campo de disputa

Um dos eixos interpretativos mais potentes da pesquisa é a leitura do silêncio como campo de disputa simbólica. Inspirando-se em Orlandi (2007), pode-se afirmar que o silêncio, na instituição, não é vazio, mas significativo: ele produz sentidos. O silêncio das estudantes comunica medo, descrença e resistência; o silêncio institucional comunica poder e indiferença. Quando o silêncio é coletivo, transforma-se em pacto — o pacto da omissão.

O rompimento desse silêncio, portanto, não é apenas um gesto de fala, mas de reconfiguração da escuta. Implica reconhecer o direito das mulheres de nomear o que lhes acontece e de ter suas dores legitimadas. Essa dimensão ética é central na perspectiva de Hooks (2020), para quem o feminismo é, antes de tudo, um exercício de amor e responsabilidade.

7. Implicações para o ambiente acadêmico

A pesquisa evidencia que a misoginia e a violência de gênero não são desvios individuais, mas sintomas de uma cultura institucional que privilegia a neutralidade e o distanciamento em detrimento da empatia e do compromisso político. Essa postura impede o enfrentamento real da desigualdade e contribui para a perpetuação da violência simbólica.

Desse modo, o enfrentamento requer ações estruturantes: Criação de protocolos de acolhimento e canais de denúncia acessíveis; Formação continuada sobre gênero, diversidade e direitos humanos; Inclusão transversal da temática de gênero nos currículos e nas práticas pedagógicas; Fomento a pesquisas e projetos de extensão sobre equidade e cultura de paz; Fortalecimento do Nuredis como espaço político de ação e reflexão. Essas medidas não apenas respondem às demandas das estudantes, mas alinham-se à pedagogia libertadora proposta por Freire (1996) e retomada por Hooks (2020): uma educação comprometida com a escuta, a consciência crítica e a emancipação.

Os resultados indicam que o silêncio institucional e a naturalização da misoginia formam um duplo eixo de sustentação da violência de gênero no Campus Maceió/Ifal. Ao mesmo tempo, as vozes que emergem das estudantes revelam fissuras nesse sistema e apontam caminhos de resistência baseados na solidariedade e na formação crítica. O



enfrentamento da misoginia, portanto, não é apenas uma demanda política, mas uma tarefa educativa e ética: exige a desconstrução das narrativas que legitimam o poder patriarcal e a reconstrução coletiva de um espaço acadêmico verdadeiramente equitativo, plural e acolhedor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou que o silêncio, quando institucionalizado, também é forma de violência. A ausência de ações efetivas, o descrédito nas denúncias e a naturalização das microviolências compõem um cenário que perpetua a misoginia e compromete a vivência acadêmica de muitas estudantes. Mais do que um problema moral, trata-se de uma questão política e estrutural.

Os achados confirmam que a misoginia é um fenômeno complexo, interseccional e sistêmico, atravessado por fatores históricos, culturais e econômicos. A permanência dessa estrutura, mesmo em espaços educacionais, demonstra que a educação sozinha não é suficiente se não estiver orientada por um projeto ético de transformação social.

Superar o ciclo da violência exige revisar práticas, discursos e políticas institucionais. É imprescindível fortalecer o Nuredis/Ifal, criar protocolos de acolhimento e denúncia, incluir a temática de gênero nos currículos e promover formações permanentes para toda a comunidade escolar. Essas ações, inspiradas em Hooks (2020) e Butler (2021), não apenas previnem violências, mas constroem uma cultura do cuidado e da corresponsabilidade.

A pesquisa também aponta para a necessidade de reconhecer o silêncio como categoria analítica: compreender que calar, muitas vezes, é estratégia de sobrevivência em um ambiente que pune a fala feminina. Romper com esse silêncio é, portanto, um gesto de resistência e um passo ético rumo à equidade.

“Quando o silêncio também fere”, como o título sugere, é preciso falar — e ouvir — de maneira ativa, empática e transformadora. O enfrentamento à misoginia requer mais que políticas: exige sensibilidade, formação crítica e engajamento coletivo. O Campus Maceió/Ifal, ao refletir sobre suas práticas, tem a oportunidade de se tornar referência em políticas de gênero e de consolidar-se como espaço de emancipação, diálogo e justiça social.



REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**; tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Trad. Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Trad. Fernanda Siqueira Miguens, revisão técnica Carla Rodrigues. 1 ed.-Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. **A força da não violência**: um vínculo ético-político. Trad. Heci Regina Candiani; [Prefácio de Carla Rodrigues]. 1 ed. São Paulo:Boitempo, 2021.
- BUTLER, Judith. **Força da não violência**. (Vídeo) TV Boitempo. Com Judith Butler. <https://www.youtube.com/watch?v=6DceyjMKel4>. Acesso em 7/5/24.
- CARVALHO, Felipe Mio de.; Moterani, Geisa Maria Batista. **Misoginia**: a violência contra a mulher numa visão histórica e psicanalítica. Avesso do avesso, v. 14, n. 14, p. 167-178, novembro 2016.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**/2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017, 406p.
- HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo** [recurso eletrônico]: políticas arrebatadoras / bell hooks; tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- HOOKS, Bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.
- HOOKS, Bell, **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2020.
- JESUS, Damásio de. **Violência contra a mulher**: aspectos criminais da Lei n. 11.340/2006. São Paulo: Saraiva, 2010.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; Barca, Isabel; Martins, Estevão de Rezende. **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: ED UFPR, 2010.



SILVA, Manuela Santos. **As mulheres cristãs nas cidades da Idade Média**. In:
SANTOS, Maria Clara Curado (Org). A mulher na história: actas dos colóquios sobre a
temática da mulher. Lisboa: Câmara Municipal da Moita, 2001.

